

**IMPLEMENTAÇÃO DA NBC TG PME: PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS UNIVERSIDADES DE PORTO ALEGRE E DA
REGIÃO METROPOLITANA**

**IMPLEMENTATION OF NBC TG PME: PERCEPTION OF ACCOUNTING'S
PROFESSORS SCIENCE TEACHERS FROM THE UNIVERSITIES OF PORTO
ALEGRE AND THE METROPOLITAN REGION**

Renata Gemniczak **

Edilson Paulo ***

RESUMO

Este estudo versa sobre a implementação da NBC TG PME e teve como objetivo identificar a percepção dos docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) dos cursos de graduação em Ciências Contábeis sobre a norma. Neste sentido, realizou-se uma pesquisa classificada como quantitativa e descritiva, utilizou-se, como ferramenta de coleta de dados, um questionário que foi aplicado no período de agosto a setembro de 2018. A amostra ficou delimitada em 29 respondentes do total de 35 docentes da área de Contabilidade Societária. Com relação aos resultados obtidos, pode-se constatar uma visão positiva dos docentes acerca da importância e utilidade da norma na realidade das pequenas e médias empresas, porém a maior parte dos respondentes acredita que a falta de divulgação e de treinamento dos órgãos responsáveis pela profissão contábil é o maior obstáculo na aplicação desta norma. Ademais, observou-se que os docentes acreditam que o conteúdo da NBC TG PME precisa ser repassado em sala de aula aos alunos de graduação para agregar conhecimento em sua vida profissional.

Palavras-chave: CPC PME. Pequena e Média empresa. Docência.

ABSTRACT

The present paper relates to the implementation of Brazilian Accounting Standard, applicable to small and medium-sized Companies (NBC TG PME) and it aims to identify the perception of Accounting professors from higher education sector regarding the Standard. Hence, a quantitative and descriptive research has been applied, in which a questionnaire has been used as a tool to collect data from August to September 2018. The responders totaled 29 from a population of 35 professionals that lecture in Accounting. Concerning the results obtained, a positive view of the professors about the importance and usefulness of NBC TG PME to small and medium-sized Companies was observed. However, most respondents understand that the lack of dissemination and training by the accounting professionals is a big obstacle for the accurate application of this standard. In addition, this subject should be considered in Accounting classes more often in order to aggregate knowledge to Accounting students.

Keywords: IFRS SME. Small and Medium-Sized Companies. Teaching.

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2018, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

** Graduanda do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (renata_gzak@hotmail.com).

*** Orientador. Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS e do PPGCONT-UFRGS. (edilson.paulo@ufrgs.br).

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade apresenta como objetivo principal fornecer informações que sejam úteis no processo decisório de uma entidade, além de atender necessidades por parte de usuários em geral (CFC, 2011). Com o passar dos anos seus métodos de registro foram sendo aprimorados, entretanto se diferenciavam de acordo com o conjunto de leis, filosofias, procedimentos e objetivos de outros países (NIYAMA, 2007). Tal fato, destacado por PWC (2010), prejudicava o acesso das empresas nacionais a fontes de financiamento do exterior, além de dificultar o processo de comparação das demonstrações contábeis por seus usuários em geral.

Partindo desse cenário, se evidenciou a importância de haver procedimentos contábeis harmônicos entre todos os países que o utilizam. Em nível internacional, transitam normas internacionais denominadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), órgão que possui um papel principal no processo de convergência e uniformização da linguagem contábil (CALIXTO, 2010).

No Brasil o processo de convergência se consolidou com a estruturação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tem por finalidade “[...] o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza” (CFC, 2005). Segundo Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009), o processo de convergência das normas contábeis tornou-se mais efetivo a partir de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07.

Apesar das normas estarem voltadas, em sua maioria, para as empresas de grande porte, sua aplicação não se restringe apenas a elas. Segundo Santos, Krein e Calixtre (2012), na economia brasileira ocorre a predominância das Pequenas e Médias Empresas (PME), o que se fez imprescindível que a padronização contábil alcançasse também essas entidades.

Diante dessa realidade, em 2009, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovou o Pronunciamento Técnico Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), tornando sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2010. Segundo Faria e Silva (2014), o principal objetivo dessa norma é unificar a linguagem das práticas contábeis internacionais e inserir as pequenas e médias empresas (PME) brasileiras no contexto da convergência contábil ao padrão internacional. A alteração da legislação societária e a aprovação do CPC PME tornaram o processo de convergência viável para as entidades de pequeno e médio porte, padronizando seus registros e tornando-os semelhantes com o encontrado nas demais entidades.

Essas mudanças no cenário contábil decorrentes do processo de convergência atingem não só aos profissionais contadores, mas todos aqueles envolvidos na área. Os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) também necessitaram se adequar às mudanças implementadas pela CPC PME, pois é necessário conhecer e compreender todas as alterações para construir conhecimentos sobre o tema e sanar dúvidas dos alunos quando se fizer necessário. Alves (2015) verificou, nas 105 IES analisadas, que apenas 11 possuem aderência superior a 50% em relação ao conteúdo dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC. Com os resultados obtidos, o autor conclui que o processo de ensino da Contabilidade no padrão internacional necessita de melhorias, pois muitos alunos acabam concluindo a sua graduação e ingressando no mercado de trabalho sem possuir o conhecimento necessário.

Seguindo essa mesma ótica, foram encontradas poucas pesquisas sobre o tema buscando analisar a importância e a utilidade dessa norma após sua adoção. Dessa forma, destaca-se a carência de pesquisas com foco na percepção dos docentes sobre o conteúdo,

uma vez que são eles os principais responsáveis pela formação e aperfeiçoamento dos profissionais da área. Diante desse contexto, o presente estudo tem por objetivo investigar: “Qual a percepção dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das universidades da Região Metropolitana de Porto Alegre sobre a adoção da NBC TG PME?”.

Logo, o objetivo geral desta pesquisa é identificar a percepção dos docentes sobre a implementação da NBC TG PME. Entre suas contribuições, esta pesquisa se destaca por demonstrar a percepção dos docentes sobre a importância, a relevância e a utilização dessa norma após a sua aprovação e oportuniza realizar uma comparação com outras pesquisas já realizadas, que buscaram conhecer a percepção de outros profissionais da área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta o referencial teórico deste estudo, em que são feitas contextualizações e análises dos conceitos de pequena e média empresa, assim como uma breve análise da NBC TG PME. É discorrido sobre as principais seções da norma, assim como as suas principais alterações em comparação a IFRS em seu pleno conteúdo. Ao final são apresentados alguns estudos relacionados com o tema em questão.

2.1 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Segundo Martins (2014, p 14), “[...] a classificação quanto ao porte das empresas não é uma tarefa fácil, em virtude da grande complexidade que envolve distinguir esses empreendimentos”. Dessa forma, não há um conceito único para a classificação de empresas de pequeno e médio porte, uma vez que essa classificação é divergente por parte da legislação específica, instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor (FARIA; SILVA, 2014). As alternativas de definição adotam critérios qualitativos, quantitativos e uma combinação de ambos, porém o porte da entidade é o fator que se destaca na maioria das classificações, predominando, então, os critérios quantitativos (LEONE, 1991).

No Brasil há uma definição legal para microempresa e outra para empresa de pequeno porte expressa na Lei Complementar nº 123 de 2006 em seu artigo 3º, porém constata-se que não evidencia definição para empresa de médio porte.

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) utiliza outro meio para categorizar as PMEs. O Quadro 1 evidencia esse modo de classificação, em que apresenta como base o número de pessoas empregadas na entidade:

Quadro 1 - Classificação dos estabelecimentos segundo o porte

Porte	Setores	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Fonte: SEBRAE (2015)

Destarte, a definição básica das PME's segundo a categorização legal tem por base a receita bruta da entidade. Já a NBC TG PME, na Seção I, item 1.3, descreve as pequenas e médias empresas como:

(...) as sociedades por ações, fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, desde que não enquadradas pela Lei nº 11.638/07 como sociedades de grande porte. (CFC, 2009)

A NBC TG PME inclui como PME, para fins de normas contábeis segundo o IASB, as sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que esses estabelecimentos não estejam enquadrados pela Lei nº 11.638/07 como sociedades de grande porte, que define:

Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). (CFC, 2009)

Portanto, mesmo existindo mais de uma forma de classificação do porte destas empresas, as normas presentes na NBC TG PME se aplicam para todas as pequenas e médias entidades, independente da forma com que seu porte é classificado. Para fins deste estudo, será adotada a categorização legal expressa na própria NBC TG PME.

2.2 NBC TG PME – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS

Durante muitos anos a Contabilidade no Brasil foi fortemente relacionada a aspectos fiscais, em que as entidades elaboravam suas demonstrações contábeis basicamente para atender às exigências do fisco (KLEIN JÚNIOR; SOUZA, 2013). Porém, com a aprovação da NBC TG PME, ocorreu a necessidade de mudança de postura pelos profissionais da área, uma vez que precisam exercer julgamentos adequados para realizar os registros conforme a nova norma (FARIA; SILVA, 2014).

A NBC TG - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas foi aprovada em 2009 e tem como objetivo incluir as pequenas e médias empresas no padrão internacional. Para Pacter (2010), esse padrão é simplificado no quesito de conteúdo, leitura e interpretação se comparado ao conjunto pleno das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), sendo assim mais adaptado às necessidades e características das empresas em questão. Sua adoção tornou-se obrigatória a partir de 2010, nela são listadas as mesmas regras contábeis aplicadas às grandes empresas, porém destinadas às companhias de pequeno e médio porte.

A IFRS para PME é um conjunto completo de normas contábeis, dividida em 35 seções, na qual não se faz necessário realizar a sua leitura acompanhada de outra norma. A NBC TG PME é organizada por tópicos e seções numeradas (SEGATO, 2015). Inicia nas seções 1 a 10 com uma breve caracterização das entidades englobadas na norma, trazendo em seguida conceitos e objetivos básicos das demonstrações financeiras e da informação contábil. No decorrer, são evidenciados cada uma das demonstrações contábeis elaborados pelas entidades, assim como suas definições. A norma prevê ainda algumas isenções facultativas quando ocorrer a sua adoção pela primeira vez, porém uma vez adotado os procedimentos, deve-se evidenciar explicitamente nas notas explicativas que as demonstrações contábeis estão em conformidade com todos os requerimentos – determinação evidenciada na Seção 3 item 3.3. Também é apresentado orientações sobre a adoção de políticas contábeis e correção de erros e mudança de estimativas.

Nas seções 11 a 29 são descritas as normas referentes ao processo de reconhecimento e contabilização das informações contábeis. No decorrer das seções, são evidenciados aspectos referentes a cada grupo do balanço patrimonial, sendo eles ativo, passivo, patrimônio líquido e contas relacionados ao resultado do exercício, bem como orientações sobre o reconhecimento de receita e de custos de empréstimos. Cada seção demonstra os conceitos do item que está sendo abordado e introduz exigências que devem ser adotadas no momento da elaboração das demonstrações contábeis.

As últimas seções da norma, seções 30 a 35, tratam sobre transações em moeda estrangeira e conversão das demonstrações contábeis, eventos subsequentes, partes relacionadas, instruções sobre divulgação das informações contábeis para atividades especializadas e instruções sobre a adoção inicial da norma pela primeira vez. A NBC TG PME, em seu contexto geral, apresenta alguns aspectos recorrentes apenas às empresas de pequeno e médio porte, mas por se tratar de uma simplificação das *IFRS-full* também evidencia procedimentos que constam nas normas contábeis completas (SEGATO, 2015),

De acordo com Mandilas, *et al* (2010), a atenção do *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) para as PME ocorreu devido à importância que essas empresas possuem na economia, pois constituem instituições com um alto potencial de crescimento, tanto nacional quanto internacional. Como descrito anteriormente, a NBC TG PME trouxe a padronização contábil de forma menos complexa para as empresas de pequeno e médio porte, facilitando o processo de harmonização dos registros contábeis.

2.5 ESTUDOS RELACIONADOS

Após a aprovação da NBC TG PME diversos estudos foram elaborados possuindo como foco principal o conteúdo e a aplicação dessa lei, sendo poucos aqueles que se concentram na relevância e conhecimento dessa norma por parte dos docentes da área. Kuhn, Machado e Machado (2013) realizaram uma pesquisa a fim de conhecer o nível de conhecimento dos docentes dos cursos de Ciências Contábeis da região metropolitana de Goiânia acerca das normas internacionais de Contabilidade. Para isso, os autores realizaram uma pesquisa descritiva englobando todos os docentes de cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis das instituições da amostra, e verificaram que o nível de conhecimento dos docentes acerca das normas é baixo, onde a média foi de 5,46 em relação a todos os CPCs. Porém os autores destacam que os respondentes da amostra têm mais conhecimento sobre o CPC PME do que em relação aos demais pronunciamentos.

O estudo de Martins, Cunha e Garcia (2013) objetivou conhecer a percepção de alunos, professores e profissionais da área contábil sobre o CPC PME no Estado da Paraíba. Para isso, os autores realizaram uma pesquisa exploratória, e verificaram que a maior parte dos respondentes (cerca de 52%) revelaram possuir “nenhum” ou “baixo” conhecimento sobre a norma. Dessa forma, os respondentes da pesquisa não acreditam na completa implementação dessa norma, e não se julgam capazes de exercê-la devido ao baixo conhecimento no assunto.

Faria e Silva (2014) buscaram evidenciar em sua pesquisa o nível de conhecimento e os principais fatores que influenciaram os contadores da cidade de Uberlândia/MG a adotarem o CPC PME. A pesquisa ocorreu através de um questionário, em que foi evidenciado que mais da metade dos respondentes desconhece o assunto sobre o pronunciamento e, em decorrência, há pouca aplicabilidade dessas normas na elaboração dos demonstrativos. As pesquisadoras concluem que, na amostra abordada pelo estudo, nenhum escritório está apto a afirmar que adota o CPC PME, pois foi evidenciado que esses estabelecimentos não seguem seus requerimentos e conteúdos na íntegra por falta de conhecimento sobre a norma.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza pelos seguintes aspectos: (a) pela abordagem do problema, (b) quanto ao objetivo do estudo e (c) pelos procedimentos técnicos utilizados para obtenção, tratamento e análise de dados.

O problema é abordado de forma quantitativa, pois quantifica as informações advindas dos questionários aplicados à devida amostra. Segundo Richardson (1999, p.70) essa abordagem “[...] caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”. Para alcançar o objetivo proposto, o estudo é descritivo acerca das informações adquiridas. Essa característica complementa a abordagem da pesquisa, pois permite observar, catalogar, analisar, classificar e interpretar os dados obtidos de forma quantitativa, auxiliando na percepção da frequência em que as principais características abordadas ocorrem (ALMEIDA, 1996). Quanto aos procedimentos técnicos, classifica-se como levantamento, sendo a coleta de dados realizada por meio de questionário. Conforme Gil (2002), essas pesquisas são caracterizadas pela forma de abordagem, ao apresentar questionamentos diretamente a um grupo específico de pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

A população da pesquisa se caracteriza por professores dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, foram selecionados como amostra os professores das universidades do município de Porto Alegre e da Região Metropolitana que ministram disciplinas do eixo de formação profissional de Ciências Contábeis, a exemplo de disciplinas de Contabilidade Societária, Contabilidade Internacional e Auditoria. Este estudo limita-se à amostra investigada, pois engloba os professores das principais disciplinas relacionadas ao conteúdo da normatização e procedimentos contábeis das universidades da amostra, não englobando faculdades, centros universitários, universidades que possuem graduação em Ensino à Distância (EaD) e demais escolas de cursos técnicos e superiores.

O questionário (Apêndice A) foi elaborado com uso da ferramenta Google Forms, e não foi realizado uma fase pré teste antes da disponibilização de forma *online* aos sujeitos da pesquisa. O questionário contemplou questionamentos nas categorias de análise: do perfil do professor, da relevância, da importância, da utilidade e do nível de conhecimento sobre o conteúdo da NBC TG PME, percepção da aplicação integral dessa norma pelos profissionais contábeis, maior obstáculo encontrado na aplicação e o nível de conhecimento repassado aos alunos acerca da NBC TG PME. O questionário ficou disponível no período de agosto a setembro de 2018, e contemplou 29 respostas dos 35 questionários enviados aos docentes. Como o contato com os docentes aconteceu através de mensagens de e-mail, acredita-se que não houve um retorno total dos questionários pois muitos docentes não acessaram a mensagem enviada.

Para tal, foi estruturado um banco de dados para identificação dos sujeitos na população, mapeando os professores que estão incluídos na amostra da pesquisa através de endereços de e-mail. A pesquisa englobou docentes de universidades públicas e privadas, mas o nome das instituições foram preservados para manter o sigilo da informação dada pelo docente, uma vez que o professor precisou qualificar o ensino da NBC TG PME na universidade em que leciona. Desta forma, o nome e a localização das IEs não foram questionados, uma vez que estas informações não afetariam diretamente na qualidade deste estudo.

Após a obtenção dos dados, os resultados foram computados e analisados por meio da frequência de cada resposta, que foram evidenciados por meio de tabelas e gráficos para facilitar a análise quantitativa dos resultados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O questionário, realizado de forma *online* via Google Forms, foi aplicado durante todo o mês de setembro de 2018 aos docentes do curso de Ciências Contábeis das universidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, foram selecionados apenas professores que ministram aulas com temas relacionados às normas contábeis. Conforme a estrutura do questionário, a primeira seção foi destinada à identificação do respondente; na segunda seção, o questionário buscou identificar informações do respondente com relação a sua atuação como docente e, por fim, a quarta parte do questionário dedicou-se a identificar a percepção dos respondentes acerca da NBC TG PME.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

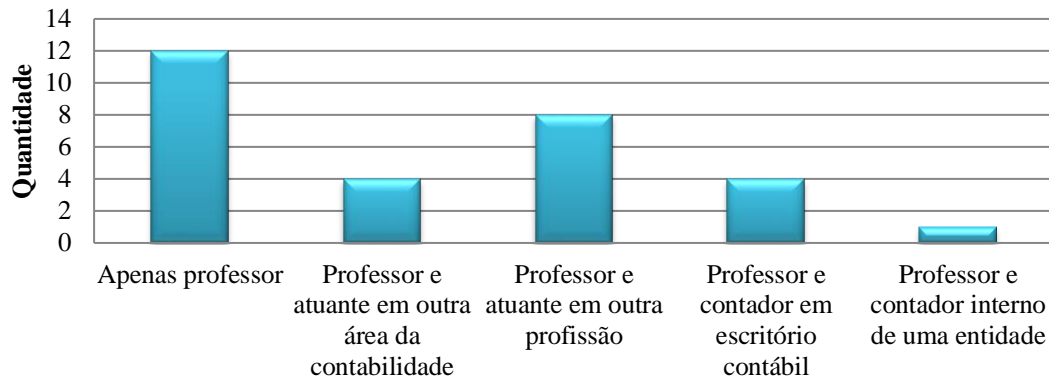
Através da primeira parte do questionário, verificou-se que 19 respondentes (66%) são docentes do sexo masculino e 10 (34%) pertencem ao sexo feminino. Percebe-se uma participação desequilibrada entre os gêneros, característica distinta se comparado com o estudo de Martins, Cunha e Garcia (2013), em que o percentual entre homens e mulheres variou em apenas 2,6%.

Como a aprovação da NBC TG PME ocorreu a menos de uma década, buscou-se verificar a idade dos respondentes para analisar se essa característica influenciaria no conhecimento e na percepção sobre a norma. Através dos dados obtidos, pode-se verificar que 15 respondentes (52%) apresentam idade entre 36 e 50 anos, seguidos de 8 docentes (27%) com mais de 50 anos. A amostra desta pesquisa é considerada heterogênea assim como a amostra do estudo de Kuhn, Machado e Machado (2013), no qual 50% dos docentes que participaram de sua pesquisa possuem idade inferior ou igual a 41 anos, apresentando idade mínima de 24 anos e máxima de 62 anos.

Analisando o grau de formação dos respondentes da pesquisa, pode-se verificar que 13 docentes (45%) são mestres e 9 (31%) são doutores. O percentual de docentes com doutorado supera os resultados obtidos na pesquisa de Kuhn, Machado e Machado (2013) em que apenas 3,63% dos 55 docentes são doutores, e na pesquisa de Martins, Cunha e Garcia (2013), com apenas 3,5% dos respondentes realizaram o doutorado.

Na sequência, buscou-se identificar se o nível de conhecimento dos docentes sobre a norma se referia apenas a nível acadêmico ou se teria participado da aplicação da NBC TG PME em algum outro ramo da profissão contábil. Através do Gráfico 1, verificou-se que entre os 29 docentes, 12 atuam apenas como professor, 4 atuam como docente e em outra área da Contabilidade, 3 como professor e em escritório contábil, 1 como professor e contador interno e 8 atuam em outra profissão além de ser docente. Dessa forma, 59% dos docentes possuem experiência profissional no âmbito empresarial, enquanto 41% dedicam-se apenas à docência, números superiores se comparados aos resultados de Kuhn, Machado e Machado (2013), no qual foi constatado que 85% dos respondentes possuíam experiências adicionais e apenas 15% possuíam dedicação exclusiva à docência.

Gráfico 1 – Categoria



Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Para verificar a relação do conhecimento da norma com o tempo de atuação do docente na área contábil, verificou-se que 16 docentes (55%) trabalham com Contabilidade a mais de 20 anos e 8 (28%) atuam entre 11 e 20 anos. Essa característica da amostra se assemelha com os resultados encontrados por Faria e Silva (2014), no qual foi evidenciado que 57% dos contadores entrevistados possuíam tempo de atuação na área contábil superior a 20 anos.

Diante desse cenário, foi elaborada uma comparação entre as variáveis idade e tempo de atuação na área contábil. Através da Tabela 1, pode-se perceber que essas duas características possuem relação entre si, em que 23 respondentes apresentaram idade superior a 35 anos, sendo que 16 atuam na área a mais de 20 anos. Diante do exposto, verifica-se que no mínimo 24 respondentes (83%) já atuavam na área contábil quando a NBC TG PME foi aprovada.

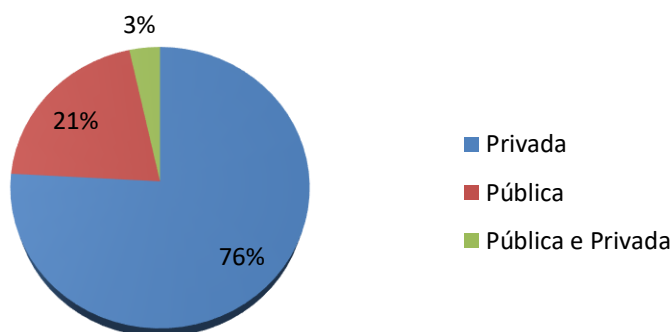
Tabela 1 – Relação entre a idade e tempo de atuação na área contábil

		Tempo de atuação na área					Total
		de 0 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 20 anos	mais de 20 anos	
Idade	26 - 35 anos	1		3	2		6
	36 - 50 anos			1	6	8	15
	Acima de 50 anos					8	8
	Total	1	0	4	8	16	29

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Para verificar se há uma relação entre o nível de conhecimento de norma e o ambiente de atuação dos docentes, buscou-se conhecer qual o tipo de instituição que os respondentes ministram suas aulas atualmente. Através do Gráfico 2, pode-se analisar que 22 docentes (76%) atuam em instituições de ensino superior na área privada, 6 respondentes (21%) ministram aulas em escolas públicas e apenas 1 (3%) atua em ambos os tipos.

Gráfico 2 – Instituição de Ensino Superior (IES) em que ministra aulas



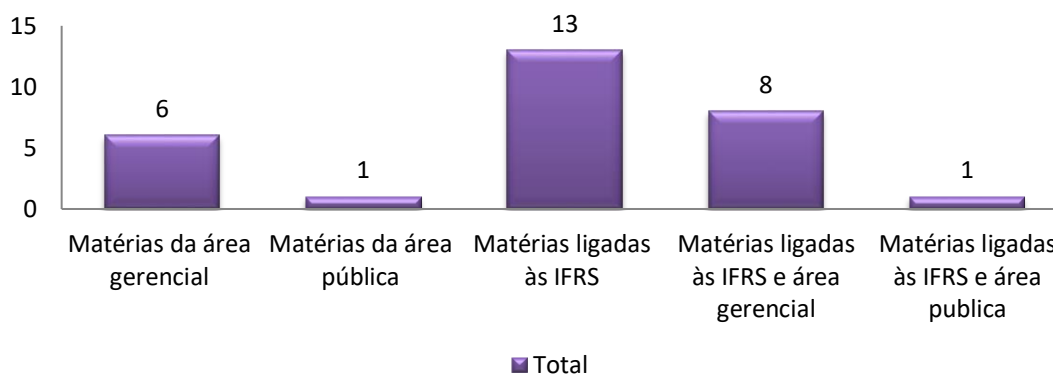
Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Os resultados foram semelhantes com os obtidos por Kuhn, Machado e Machado (2013), em que 60% dos respondentes da pesquisa também pertenciam à IES privadas, 29,09% em IES públicas e 10,91% em ambos os tipos de instituições.

4.2 IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO COMO DOCENTE

A segunda parte da pesquisa objetivou conhecer a área de atuação do docente na instituição de ensino, assim como o tempo de atuação como professor na área contábil. Através do Gráfico 3, pode-se analisar que 13 respondentes, sendo esses a maioria, ministram disciplinas que possuem relação direta com as IFRS, seguido de 8 respondentes que ministram aulas gerenciais além das disciplinas relacionadas com as IFRS.

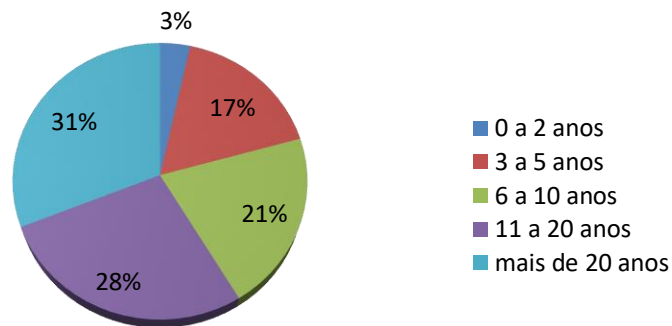
Gráfico 3 – Matérias que ministra ou ministrou nos últimos dois anos



Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Com relação ao tempo em que os docentes ministram aulas relacionadas à área de Contabilidade, verificou-se que 31% dos respondentes ministram disciplinas a mais de 20 anos, seguidos de resultados decrescentes em relação à quantidade e tempo (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Tempo que ministra disciplinas na área de Ciências Contábeis



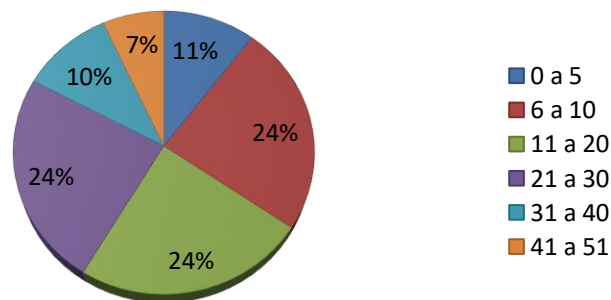
Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Realizando uma comparação com os dados obtidos, nota-se que, dentre os 55% de respondentes que atuam na área a mais de 20 anos, apenas 31% atuam como docentes dentro desse período. Também pode-se observar, através do Gráfico 4, que entre a totalidade dos respondentes há um mínimo de 20% de docentes que passaram a ministrar disciplinas na área Contábil após a implementação da NBC TG PME no Brasil.

4.3 PERCEPÇÃO ACERCA DA NBC TG PME

A questão 10 da terceira parte do questionário teve como finalidade descobrir quantos pronunciamentos contábeis os docentes conhecem em sua plenitude. Conforme demonstrado no Gráfico 5, apenas 2 docentes (7%) apresentam pleno conhecimento dos 51 pronunciamentos contábeis, e 3 (11%) conhecem no máximo 5 pronunciamentos.

Gráfico 5 – Quantidade de normas conhecidas em sua plenitude



Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Nota-se que o percentual encontrado em relação ao conhecimento pleno das normas é baixo se comparado com o tempo de atuação na área contábil de cada docente, como é observado na Tabela 2. Dos 16 docentes que trabalham na área a mais de 20 anos, apenas 2 conhecem o conteúdo de 41 a 51 normas contábeis.

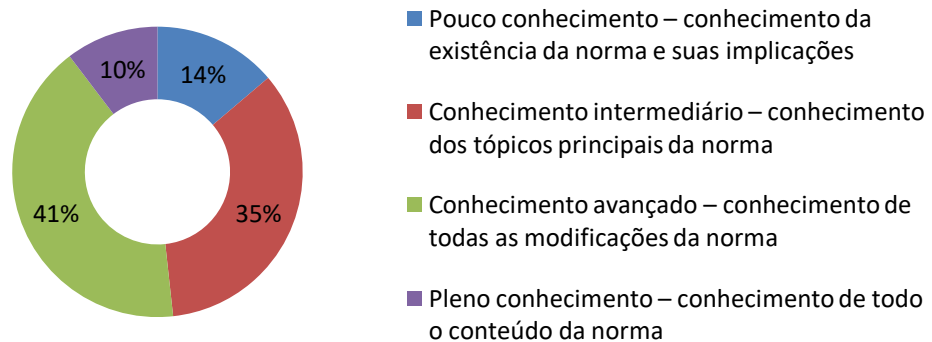
Tabela 2 – Relação entre a quantidade de normas conhecidas e tempo de atuação na área contábil

		Tempo de atuação na área contábil				Total
		de 0 a 2 anos	6 a 10 anos	11 a 20 anos	mais de 20 anos	
Quantidade de normas conhecidas em sua plenitude	0 a 5		1	1	1	3
	6 a 10		2		4	6
	11 a 20	1		2	4	7
	21 a 30		1	3	3	7
	31 a 40			2	2	4
	41 a 51				2	2
	Total	1	4	8	16	29

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Diante do exposto, é visto que o conhecimento das normas varia de acordo com cada docente, uma vez que dentre os 16 respondentes que atuam na área contábil a mais de 20 anos há uma distribuição entre a quantidade de normas conhecidas por eles. Contudo, pode-se observar que o maior conhecimento das normas é daqueles docentes que possuem maior tempo de atuação na área contábil. Cabe destacar que alguns docentes possuem um bom nível de conhecimento das normas, mesmo com pouco tempo de atuação.

Questionados sobre o seu nível de conhecimento acerca da NBC TG PME, 12 respondentes (41%) conhecem todas as modificações que esta norma trouxe, enquanto 10 (35%) conhecem apenas os principais tópicos da norma, conforme ilustrado no Gráfico 6. Esses resultados traçaram um cenário positivo se comparado com os resultados obtidos na pesquisa de Martins, Cunha e Garcia (2013), em que 15% dos docentes consideram não ter “nenhum” conhecimento sobre a norma, e apenas 0,9% atestaram possuir pleno conhecimento da NBC TG PME.

Gráfico 6 – Nível de conhecimento da NBC TG PME

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Nesse contexto, estruturou-se a Tabela 3 para identificar se há uma relação entre o grau de formação dos respondentes e o seu nível de conhecimento acerca da norma. Pode-se analisar que o baixo nível de conhecimento da NBC TG PME em sua plenitude não tem relação com a formação profissional do docente, uma vez que, dentre os 10 doutores e 13 mestrandos que participaram desta pesquisa, apenas um de cada formação possui conhecimento pleno da NBC TG PME.

Tabela 3 – Relação entre o nível de conhecimento da NBC TG PME e a formação

		Nível de conhecimento da NBC TG PME				Total
		Pouco conhecimento	Conhecimento intermediário	Conhecimento avançado	Pleno conhecimento	
Formação	Pós-doutorado				1	1
	Doutorado	2	4	3	1	10
	Doutorado em curso			1		1
	Mestrado		4	8	1	13
	Mestrado em curso	1	1			2
	Especialização	1	1			2
	Total	4	10	12	3	29

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Esses resultados corroboram a afirmação de Faria e Silva (2014), que declaram que o nível de formação do profissional está associado com a adoção e aplicação da NBC TG PME em procedimentos contábeis. Através da Tabela 3 é visto que mais da metade dos docentes (52%) com pós-doutorado, doutorado, mestrado ou doutorado/mestrado em andamento possuem conhecimento avançado ou pleno sobre a norma, enquanto que outros 31% dos docentes tem conhecimento intermediário. Os resultados sugerem também que o aprofundamento de conhecimento sobre uma determinada norma pode ser influenciado pela atuação docente e tempo de experiência. Esse resultado diverge de Kuhn, Machado e Machado (2013), que concluem que o fato de o professor ser doutor ou graduado não faz com que o nível de conhecimento de um ou de outro sobre as normas internacionais fosse diferente. Na mesma ótica, buscou-se conhecer se há relação entre o conhecimento da NBC TG PME e a idade dos respondentes (Tabela 4).

Tabela 4 – Relação entre o nível de conhecimento da NBC TG PME e a idade

		Nível de conhecimento da NBC TG PME				Total
		Pouco conhecimento	Conhecimento intermediário	Conhecimento avançado	Pleno conhecimento	
Idade	26 - 35 anos	1	2	2	1	6
	36 - 50 anos	2	5	7	1	15
	Acima de 50 anos	1	3	3	1	8
	Total	4	10	12	3	29

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Nesse cenário, Kuhn, Machado e Machado (2013) não encontraram na idade uma variável que diferenciase o nível de conhecimento acerca das normas internacionais. Na amostra de sua pesquisa, o nível de conhecimento do docente que possui 24 anos foi o mesmo nível de conhecimento do docente que tem 62 anos. Pode-se também observar que nessa pesquisa também ocorreram casos de docentes com idades distintas e conhecimentos semelhantes, o que se conclui que, apesar de haver uma maior quantidade de docentes com idade entre 36 e 50 anos que possuem maior conhecimento acerca da NBC TG PME em relação às outras faixas etárias, a idade não é um fator que influencia diretamente no nível de conhecimento da norma.

Seguindo o mesmo raciocínio, buscou-se analisar se o conhecimento da norma possuía alguma relação com o tempo de atuação na área contábil de cada respondente (Tabela 5).

Tabela 5 – Relação entre o nível de conhecimento da NBC TG PME e o tempo de atuação na área

		Nível de conhecimento da NBC TG PME				Total
		Pouco conhecimento	Conhecimento intermediário	Conhecimento avançado	Pleno conhecimento	
Tempo de atuação na área	0 a 2 anos			1		1
	6 a 10 anos	1	2		1	4
	11 a 20 anos	2	2	4		8
	Mais de 20 anos	1	6	7	2	16
	Total	4	10	12	3	29

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Conforme a Tabela 5, os docentes que possuem tempo de atuação na área contábil superior a 20 anos não apresentaram maior conhecimento sobre a NBC TG PME, dividindo-se entre os quatro níveis de conhecimento definidos neste estudo, em que 6 possuem conhecimento intermediário, 7 possuem conhecimento avançado, 2 conhecem a norma em seu conteúdo pleno e apenas 1 possui pouco conhecimento sobre a NBC TG PME. Esse resultado pode ser explicado pelo fato da NBC TG PME ser uma norma nova, não sendo difundida e debatida de forma a atingir os docentes com mais tempo de atuação, enquanto que os novos docentes tiveram a oportunidade de estudar a referida norma em momentos específicos como o seu curso de formação, por exemplo, mestrado ou doutorado.

Na sequência, buscou-se conhecer a percepção dos docentes sobre a utilidade da NBC TG PME. Conforme demonstrado na Tabela 6, 52% dos respondentes acreditam que essa norma é útil por tornar as demonstrações contábeis mais fidedignas à realidade das pequenas e médias empresas e, 31% considera que a norma é útil, pois apresenta informações mais detalhadas e auxilia no processo de tomada de decisão.

Tabela 6 – Utilidade da NBC TG PME na percepção dos docentes

	Quantidade	Frequência Relativa
Não é útil, pois as empresas de pequeno e médio porte deveriam adotar a totalidade da norma IFRS.	1	3%
Não é útil, porque usualmente os empresários não utilizam as informações contábeis, logo, as modificações trazidas pela norma não são relevantes.	4	14%
É útil, pois tornam as demonstrações financeiras mais fidedignas perante a realidade das pequenas e médias empresas.	15	52%
É útil, pois apresenta informações mais detalhadas e auxilia no processo de tomada de decisão.	9	31%
Total	29	100%

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Nesse cenário, a Tabela 7 permite verificar se há uma relação entre a percepção dos docentes sobre a utilidade da NBC TG PME e o nível de formação de cada respondente. Desse modo, evidenciou-se que 15 respondentes, sendo esses 6 do doutorado e 7 do mestrado, concordam com a afirmação de que a norma é útil, pois torna as demonstrações financeiras mais fidedignas perante a realidade das pequenas e médias empresas. Observa-se que a relevância da norma NBC TG PME está alicerçada na representação fidedigna, ou seja, em uma ótica de *compliance*, e não mais alinhado no auxílio na tomada de decisão dos gestores e proprietários das pequenas e médias empresas. Cabe ressaltar ainda que 5 docentes consideram a referida norma sem utilidade.

Tabela 7 – Relação entre a utilidade da NBC TG PME e a formação

Formação	Utilidade da NBC TG PME					Total
		Não é útil, pois as empresas de pequeno e médio porte deveriam adotar a totalidade da norma IFRS.	Não é útil, porque usualmente os empresários não utilizam as informações contábeis, logo, as modificações trazidas pela norma não são relevantes.	É útil, pois tornam as demonstrações financeiras mais fidedignas perante a realidade das pequenas e médias empresas.	É útil, pois apresenta informações mais detalhadas e auxilia no processo de tomada de decisão.	
Doutorado			1	6	2	9
Doutorado em curso			1		1	2
Especialização					2	2
Mestrado	1		2	7	3	13
Mestrado em curso				2		2
Pós doutorado					1	1
Total	1		4	15	9	29

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Na mesma ótica, buscou-se verificar se existia alguma relação entre a idade dos respondentes e a sua percepção sobre a utilidade da norma (Tabela 8).

Tabela 8 – Relação entre a utilidade da NBC TG PME e a idade

Idade	Utilidade da NBC TG PME					Total
		Não é útil, pois as empresas de pequeno e médio porte deveriam adotar a totalidade da norma IFRS.	Não é útil, porque usualmente os empresários não utilizam as informações contábeis, logo, as modificações trazidas pela norma não são relevantes.	É útil, pois tornam as demonstrações financeiras mais fidedignas perante a realidade das pequenas e médias empresas.	É útil, pois apresenta informações mais detalhadas e auxilia no processo de tomada de decisão.	
26 - 35 anos				3	3	6
36 - 50 anos	1		2	7	5	15
Acima de 50 anos			2	5	1	8
Total	1		4	15	9	29

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Analisando os dados acima, observa-se que não há relação direta entre a idade e a percepção de utilidade da norma na visão dos docentes, uma vez que os resultados obtidos na Tabela 8 se assemelham aos resultados observados na Tabela 7. Em relação à obrigatoriedade da aplicação da NBC TG PME nas empresas, foi questionado aos docentes se acreditam que a adoção dessa norma é integral na realização das demonstrações contábeis das pequenas e médias empresas. Conforme demonstrado na Tabela 2, 41% dos docentes acreditam que a

norma é adotada pelas PMEs para realização de suas demonstrações contábeis, pois os contadores estão buscando se adequar às modificações.

Verificou-se também que 31% dos docentes não acreditam na adoção integral da norma, pois em sua opinião os contadores não consideram essa norma relevante na prática. Nota-se uma percepção otimista se comparado com o estudo de Martins, Cunha e Garcia (2013), em que 58,4% dos respondentes acreditam que a norma não é aplicada integralmente, pois os contadores não estão preparados o suficiente. Corroborando essa percepção, Faria e Silva (2014) apontam em seu estudo que 64% dos contadores entrevistados dizem desconhecer o conteúdo da NBC TG PME.

Tabela 9 – Adoção integral da norma nas demonstrações contábeis das PMEs

	Quantidade	Frequência Relativa
Não acredito que a adoção da norma é integral, pois os contadores não estão preparados para utilizar esta norma.	6	21%
Não acredito que a adoção da norma é integral, pois os contadores não consideram esta norma relevante na prática.	9	31%
Acredito que a adoção da norma é integral, pois os contadores estão buscando se adequar às modificações.	12	41%
Acredito que a adoção da norma é integral, pois os contadores sabem da relevância desta norma para a realidade das PMEs.	2	7%
Total	29	100%

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

A seguir, questionou-se aos docentes qual o maior obstáculo na aplicação integral da NBC TG PME. Conforme a Tabela 10, 35% dos docentes acreditam que o principal motivo é a falta de divulgação e de treinamento aos contadores pelos órgãos responsáveis. Esta alternativa apresenta relação com o resultado obtido na pesquisa de Martins, Cunha e Garcia (2013), em que 32,7% dos respondentes acreditam que a falta de profissionais preparados no mercado seja o maior obstáculo na aplicação integral da norma.

Tabela 10 – Maior obstáculo para a aplicação integral da norma

	Quantidade	Frequência Relativa
Falta de profissionais preparados no mercado.	7	24%
Falta de fiscalização pelos órgãos responsáveis pela profissão contábil.	5	17%
Falta de divulgação e treinamento pelos órgãos responsáveis pela profissão contábil.	10	35%
Falta de estrutura dos escritórios contábeis.	7	24%
Total	29	100%

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Uma vez que os profissionais contadores necessitam conhecer as normas para poder coloca-las em prática no mercado de trabalho, buscou-se conhecer o nível de aprofundamento da NBC TG PME nos cursos de graduação da amostra. Conforme a Tabela 11, 35% dos docentes classificam a aplicação da NBC TG PME na IEs em que ministra aulas como “Bom”, no qual o conteúdo é transmitido aos alunos de forma integral, visando os pontos principais da norma.

Tabela 11 – Aplicação do conteúdo da NBC TG PME na IES

	Quantidade	Frequência Relativa
Nenhum - o conteúdo não é repassado aos alunos.	1	3%
Baixo – o conteúdo é brevemente passado aos alunos, sem aprofundamento.	6	21%
Médio – o conteúdo é repassado aos alunos de forma resumida.	7	24%
Bom – o conteúdo é transmitido de forma integral, visando os pontos principais da norma.	10	35%
Ótimo – existem disciplinas voltadas aos pronunciamentos contábeis, englobando a NBC TG PME.	5	17%
Total	29	100%

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Com relação ao aprendizado da norma, conforme a Tabela 12, 76% dos docentes acreditam que a melhor forma de o aluno conhecer o conteúdo da NBC TG PME é por meio de aulas no curso de graduação em Ciências Contábeis, seguido de 21% que acreditam cursos e palestras sobre o assunto são a melhor de obter conhecimento.

Tabela 12 – Melhor forma de o aluno conhecer o conteúdo da NBC TG PME

	Quantidade	Frequência Relativa
De nenhuma forma, pois esta norma não é relevante	1	3%
Por meio de aulas no curso de graduação.	22	76%
Por meio de cursos e palestras sobre o assunto.	6	21%
Livros, revistas e internet.	-	-
Total	29	100%

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

A penúltima questão da pesquisa utilizou uma escala de Likert para avaliar o grau de concordância dos docentes sobre cinco afirmativas, em que 1 (um) seja a pior avaliação e 5 (cinco) a melhor avaliação (Tabela 13).

Tabela 13 – Análise das questões sobre a NBC TG PME

Questões sobre a NBC TG PME	Escala Likert				
	1	2	3	4	5
1 A IES tem a obrigação de repassar o conteúdo da NBC TG PME aos alunos de graduação em Ciências Contábeis.	-	2	3	7	17
2 O conteúdo da NBC TG PME não apresenta relevância na prática, por isso não é necessário que esta norma seja repassada aos alunos.	16	7	4	1	1
3 Os alunos tem o dever de conhecer o conteúdo da NBC TG PME sem haver a necessidade de o assunto ser repassado durante a graduação.	8	5	8	4	4
4 O assunto da NBC TG PME deve ser abordado em palestras e outras atividades semelhantes, não havendo a necessidade de fazer parte de alguma disciplina durante a graduação.	7	10	4	8	-
5 Não ter nenhum conhecimento sobre essa norma não afetará a vida profissional dos alunos de graduação em Ciências Contábeis.	18	5	3	2	1

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2018).

Através dos resultados encontrados, pode-se observar que os docentes concordam com o fato de que o conteúdo da NBC TG PME é importante para a vida profissional dos alunos de graduação em Ciências Contábeis, e que a IES tem obrigação de repassar o conteúdo dessa norma aos alunos. Nota-se que 28% dos docentes foram imparciais na afirmativa 3, no qual o mesmo número de respondentes apresentou-se contra a afirmativa de que os alunos devem conhecer a norma de forma autodidata. Deste modo, percebe-se que os docentes acreditam

que repassar o conteúdo da norma em sala de aula é importante, mas que os alunos também necessitam dedicar-se ao conhecimento dessa norma se forma autônoma.

Ao final da pesquisa foi questionada a opinião dos docentes sobre qual seria a melhor forma de eles aprimorarem o seu conhecimento sobre a NBC TG PME. A pergunta foi posta de forma não obrigatória, e finalizou com um total de 25 respostas. De forma resumida, os docentes acreditam que as melhores formas que poderiam adotar para conhecer melhor o conteúdo da NBC TG PME seria através de cursos de educação continuada, leitura da norma, palestras, aplicação da norma na prática, discussão do assunto em sala de aula e eventos promovidos pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Além disso, houve um comentário propondo que em cada pronunciamento contábil poderia haver um capítulo à parte detalhando como e quais práticas contábeis podem ser aplicadas de forma simplificada para as PMEs.

A forma de se atualizar sobre a NBC TG PME foi semelhantes com as formas de atualização descritas pelos docentes que participaram do estudo de Kuhn, Machado e Machado (2013) em relação às IFRS, em que 26,17% dos docentes se atualiza por livros, 22,82% por palestras, 20,81% por cursos, 18,79% por seminários e 10,74% por congressos, artigo, internet e parceria com outros colegas. Nota-se que 0,67% dos docentes participantes dessa pesquisa não buscam se atualizar sobre as IFRS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de convergência e padronização das normas contábeis trouxeram modificações para os profissionais da área de Contabilidade. Nesse contexto, com a elaboração da NBC TG PME, os contadores necessitaram ler, compreender e colocar em prática todos os requisitos que compõem essa norma. Dessa forma, esta pesquisa objetivou conhecer a percepção dos docentes de Ciências Contábeis das Universidades de Porto Alegre e da Região Metropolitana sobre a implementação da NBC TG PME.

Através deste estudo, verificou-se que entre os 29 respondentes desta pesquisa, apenas 2 conhecem de 41 a 51 dos CPCs já existentes, e apenas 3 docentes possuem conhecimento pleno em relação ao conteúdo da NBC TG PME. Esse resultado é considerado baixo, uma vez que 16 docentes trabalham na área contábil a mais de 20 anos. Nesse cenário, verificou-se que a idade não influencia diretamente no nível de conhecimento da norma enquanto que o nível de formação possui relação com o conhecimento da NBC TG PME pelo fato de ser uma norma nova.

Ademais, 55% dos docentes concordam com a afirmativa de que o conteúdo da norma é relevante na prática e que por esse motivo precisa ser repassado aos alunos dos cursos de graduação. Na mesma ótica, 62% dos respondentes acreditam que não possuir conhecimento sobre a NBC TG PME afetará a vida profissional dos alunos de graduação em Ciências Contábeis.

Em resposta ao objetivo do estudo, observou-se que 52% dos docentes acreditam que essa norma é útil, pois torna as demonstrações financeiras mais fidedignas em relação à realidade das pequenas e médias empresas, e 41% dos docentes acreditam que a aplicação ocorre de forma integral, pois os contadores estão buscando se adequar às modificações contábeis. Os resultados sugerem que a relevância da norma NBC TG PME está mais fortemente relacionada a representação fidedigna, ou seja, em uma ótica de *compliance*, e não no auxílio na tomada de decisão dos gestores e proprietários das pequenas e médias empresas. Cabe ressaltar ainda que 5 docentes consideram a referida norma sem utilidade.

Nesse cenário, se observa uma percepção otimista dos docentes acerca da criação da NBC TG PME, pois eles acreditam que o seu conteúdo facilita a evidenciação contábil das transações econômicas e financeiras das pequenas e médias empresas, tornando-se útil para

esta categoria. Ademais, verificou-se que os docentes classificam essa norma como importante e também concordam com a afirmativa de que os alunos de graduação em Ciências Contábeis necessitam possuir este conhecimento. Dessa forma, na visão dos docentes que responderam esta pesquisa, a NBC TG PME é considerada relevante nos ensinamentos acadêmicos, pois 76% dos docentes acreditam que a melhor forma do aluno conhecer essa norma é através de aulas no curso de graduação.

Espera-se que a realização deste estudo possa contribuir com a análise da aplicabilidade do conteúdo dessa norma nos cursos de graduação em Contabilidade, visando o aprimoramento e a melhoria no grau de ensino desse conteúdo em sala de aula. Ademais, recomenda-se a realização de uma nova pesquisa para averiguar o nível de conhecimento de alunos de graduação recém-formados, assim como a frequência que lidam com a NBC TG PME em sua vida profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco de. **Como elaborar monografias**. 4. ed. Belém: Cejup, 1996.

ALVES, Diego Saldo. **Alinhamento entre os conteúdos de contabilidade nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil com os pronunciamentos técnicos do CPC harmonizados com as normas internacionais de contabilidade**. 2015. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Unisinos, São Leopoldo, 2015.

BARBOSA NETO, João Estevão; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, out./dez. 2009.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Brasília, 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 02 out. 2018.

CALIXTO, L. **Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS nos países europeus**. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-187, jan./mar. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº 1.255/2009 – Aprova a NBC TG 1000 (NBC T 19.41) - **Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001255>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº 1.055/2005**. Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) - NBC TG Estrutura Conceitual – **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/04/NBC_TG_COMPLETAS03.2013.pdf>. Acesso em: 10 out.2018.

FARIA, Camilla. Teles. Araújo.; SILVA, Denise. Mendes. A adoção do CPC PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador – BA, v.8, n.3, p.75-91, set./dez. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KLEIN JÚNIOR, Gert Rudolfo; SOUZA, Ângela Rozane Leal de. Adequação das novas normativas contábeis de controle patrimonial à prática das pequenas e médias empresas. **Pensar Contábil**, v. 15, n. 56, 2013.

KUHN, Jaqueline; MACHADO, Lúcio de Machado; MACHADO, Michele Rílany Rodrigues. Conhecimento dos docentes de contabilidade sobre as normas internacionais. **Revista Contabilidade e Controladoria [RC&C]**, Curitiba – PA, v.6, n.1, p.28-42, jan./abr. 2014.

LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. A Dimensão Física das Pequenas e Médias Empresas (P,M,E'S): À Procura de um Critério Homogeneizador. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, p. 53-59, jun. 1991.

MANDILAS, A. *et al.* An empirical study on the adoption of IFRS for SMEs: the case of Kavala, Greece. **Management of International Business and Economic Systems**. p. 409-432, 2010.

MARTINS, Jean Gleyson Farias. **Proposta de Método Para Classificação do Porte das Empresas**. 2014. 78 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- UNIVERSIDADE POTIGUAR, Natal, 2014.

MARTINS, Orleans Silva; DA CUNHA, Amanda Santos Lima; GARCIA, Inajá Allane Santos. Um estudo perceptivo sobre a aplicação do CPC para pequenas e médias empresas no estado da Paraíba. **Registro Contábil**, v. 4, n. 3, p. 19-38, 2013.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007. PACTER, P. **IFRS para PMES ao seu alcance 2010**: um guia para a sua jornada rumo ao padrão contábil global. Disponível em <http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2007/Pocket_PME.pdf>. Acesso em: 10 out.2018.

PWC. **Manual de Contabilidade IFRS/CPC: Adoção Inicial e Ativos Intangíveis**. São Paulo: Saint Paul Editora Ltda, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Anselmo Luís dos; KREIN, José Dari; CALIXTRE, André Bojikian. **Micro e Pequenas Empresas – Mercado de Trabalho e Implicação para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

SEGATO, Valdir Donizete. **As principais dificuldades para adoção das normas contábeis - padrão internacional por microempresas e empresas de pequeno porte**. 2015. 107 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)- PUC-SP, São Paulo, 2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, SEBRAE.
Anuário do trabalho na micro e pequena empresa. 7ª ed. São Paulo, 2015. Disponível em:
<<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario-do%20trabalho-na%20micro-e-pequena%20empresa-2014.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Prezado (a) respondente:

Meu nome é Renata Gemniczak sou graduanda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Curso de Ciências Contábeis e estou desenvolvendo uma pesquisa que servirá de base para o meu Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do Prof. Dr. Edilson Paulo. Esta pesquisa objetiva evidenciar **a percepção dos docentes do curso de Ciências Contábeis das universidades do município de Porto Alegre e da região metropolitana sobre a implementação da NBC TG PME - Contabilidade de Pequenas e Médias Empresas (PME).**

Ressalta-se que uma vez respondido o questionário, o respondente autoriza a divulgação dos resultados na sua totalidade, de forma que não será identificado.

Desde já, agradeço.

Você aceita participar da pesquisa?

() Sim

() Não

Separa por página:

I – Identificação do Respondente:

Nome da Instituição de Ensino Superior: _____

1. Sexo:

[] Masculino

[] Feminino

2. Idade

[] 18 – 25 anos

[] 26 – 35 anos

[] 36 – 50 anos

[] Acima de 50 anos

3. Qual a sua formação:

[] Graduação

[] Especialização

[] Especialização em curso

[] Mestrado

[] Mestrado em curso

[] Doutorado

[] Doutorado em curso

[] Pós-Doutorado

[] Pós-Doutorado em curso

4. Categoria:

[] Apenas professor

[] Professor e contador em escritório contábil

[] Professor e contador interno de uma entidade

[] Professor e atuante em outra área da Contabilidade

- Professor e atuante em outra profissão
5. Há quanto tempo você atua na área contábil?
- de 0 a 2 anos
 de 3 a 5 anos
 de 6 a 10 anos
 de 11 a 20 anos
 mais de 20 anos
6. Instituição de Ensino Superior (IES) em que ministra aulas
- Pública
 Privada
 Pública e Privada

II –Identificação de informações sobre a atuação como docente

7. Em qual das opções abaixo se concentram as matérias que você ministra/ministrou ns últimos dois anos?
- Matérias ligadas às IFRS – Auditoria, perícia, Contabilidade internacional, Contabilidade geral, intermediária, societária, avançada, Contabilidade aplicada (agronegócio, cooperativas, bancária, comercial, industrial, securitária, tributária, planejamento tributário e gestão de tributos)
 Matérias da área gerencial – custos, análises de custos, controladoria, Contabilidade gerencial, teoria de sistema, sistema de informações;
 Matérias da área pública – Contabilidade governamental, orçamento público.
8. Há quanto tempo você leciona disciplinas relacionadas ao curso de Ciências Contábeis?
- de 0 a 2 anos
 de 3 a 5 anos
 de 6 a 10 anos
 de 11 a 20 anos
 mais de 20 anos

II –Percepção acerca da NBC TG PME

9. Dos 51 pronunciamentos emitidos pelo CPC, quantos pronunciamentos você julga apresentar pleno conhecimento do conteúdo?
- De 0 a 5 pronunciamentos
 De 6 a 10
 De 11 a 20 pronunciamentos De 21 a 30 pronunciamentos
 De 31 a 40 pronunciamentos
 De 41 a 51 pronunciamentos.
10. Qual seu nível de conhecimento acerca da NBC TG PME?
- Pouco conhecimento – conhecimento da existência da norma e suas implicações
 Conhecimento intermediário – conhecimento dos tópicos principais da norma

- Conhecimento avançado – conhecimento de todas as modificações da norma
- Pleno conhecimento – conhecimento de todo o conteúdo da norma
11. No que diz respeito à utilidade, você acredita que a criação da norma simplificada para as empresas de pequeno e médio porte (NBC TG PME) foi útil?
- Não, pois as empresas de pequeno e médio porte deveriam adotar a totalidade da norma IFRS.
- Não, porque usualmente os empresários não utilizam as informações contábeis, logo, as modificações trazidas pela norma não são relevantes.
- Sim, pois tornam as demonstrações financeiras mais fidedignas perante a realidade das pequenas e médias empresas.
- Sim, pois apresenta informações mais detalhadas e auxilia no processo de tomada de decisão.
12. No que diz respeito à obrigatoriedade de aplicação dessa norma (NBC TG PME), você acredita que sua adoção é integral na realização das demonstrações contábeis das pequenas e médias empresas?
- Não, pois os contadores não estão preparados para utilizar esta norma.
- Não, pois os contadores não consideram esta norma relevante na prática.
- Sim, pois os contadores estão buscando se adequar às modificações.
- Sim, pois os contadores sabem da relevância desta norma para a realidade das PMEs.
13. Em sua opinião, qual o maior obstáculo para a aplicação integral desta norma (NBC TG PME)?
- Falta de profissionais preparados no mercado.
- Falta de fiscalização pelos órgãos responsáveis pela profissão contábil.
- Falta de divulgação e treinamento pelos órgãos responsáveis pela profissão contábil.
- Falta de estrutura dos escritórios contábeis.
14. Em sua opinião, qual o nível de aprofundamento dos conteúdos da NBC TG PME na graduação em Ciências Contábeis da Instituição de Ensino Superior ao qual você ministra aulas atualmente?
- Nenhum - o conteúdo não é repassado aos alunos.
- Baixo – o conteúdo é brevemente passado aos alunos, sem aprofundamento
- Médio – o conteúdo é repassado aos alunos de forma resumida.
- Bom – o conteúdo é transmitido de forma integral, visando os pontos principais da norma
- Ótimo – existem disciplinas voltadas aos pronunciamentos contábeis, englobando a NBC TG PME
15. Em sua opinião, qual a melhor forma de o aluno conhecer o conteúdo presente na NBC TG PME?
- De nenhuma forma, pois esta norma não é relevante.
- Por meio de aulas no curso de graduação.

- [] Por meio de cursos e palestras sobre o assunto.
 [] Livros, revistas e internet.

Assinale o grau de concordância que você atribui para cada item abaixo relacionado, considerando que 0 (zero) seja a pior avaliação e 5 (cinco) a melhor avaliação:

Afirmativa		1	2	3	4	5
1	A IES tem a obrigação de repassar o conteúdo da NBC TG PME aos alunos de graduação em Ciências Contábeis.					
2	O conteúdo da NBC TG PME não apresenta relevância na prática, por isso não é necessário que esta norma seja repassada aos alunos.					
3	Os alunos tem o dever de conhecer o conteúdo da NBC TG PME sem haver a necessidade de o assunto ser repassado durante a graduação.					
4	O assunto da NBC TG PME deve ser abordado em palestras e outras atividades semelhantes, não havendo a necessidade de fazer parte de alguma disciplina durante a graduação.					
5	Não ter nenhum conhecimento sobre essa norma não afetará a vida profissional dos alunos de graduação em Ciências Contábeis.					

21. Em sua opinião, qual a melhor forma de você aprimorar o seu nível de conhecimento sobre a NBC TG PME?